

Boa estratégia

NÍVEL DA MAIOR PARTE DAS CRÍTICAS À POLÍTICA ECONÔMICA É LASTIMÁVEL

MARCELO DE PAIVA ABREU

A análise das ações do governo neste primeiro semestre leva a crer que, em data e local que no futuro serão sabidos, o núcleo central de dirigentes do Partido dos Trabalhadores definiu uma estratégia para o novo governo que marcava radical reformulação da substância de muitas das principais políticas a ser implementadas quando comparadas às políticas tradicionalmente defendidas pelo partido.

Há aí uma continuidade histórica singular, especialmente quando se leva em conta o terremoto eleitoral que levou Lula à Presidência. Os estrategistas do novo governo retomaram a tradicional fórmula Campos Salles-Rodrigues Alves, consagrada nos primórdios da Primeira República e adotada, com sucesso variável, por uma longa seqüência de presidentes desde então. A constatação inicial é que o crescimento da economia ("obras" na versão populista, maiores gastos sociais na versão modernizada) é requisito essencial para viabilizar vitórias eleitorais futuras em eleições presidenciais. Políticas que assegurem crescimento econômico e aumento de gastos sociais no período pré-eleitoral dependem de precondições que estão associadas à estabilidade da economia, ou seja, à preservação do equilíbrio externo com inflação baixa. Além disto, a alteração da composição dos gastos públicos em benefício de gastos sociais requer a redução de outras despesas públicas dentre as quais sobressai pela falta de equidade com os demais contribuintes o gasto líquido com as aposentadorias e pensões do serviço público. Depois de um primeiro ano dedicado à arrumação da casa - e da implementação de reformas estruturais é que poderá haver espaço para efetivamente tentar mudar a cara do País, retomando o crescimento com menos desigualdade social. O sucesso da estratégia depende, portanto, do avanço na reforma da Previdência, escolhida como emblemática, e de políticas macroeconômicas austeras.

As conseqüências políticas desta mudança histórica ditada pela realpolitik afetam posições de grupos historicamente associados ao PT versão heavy: funcionários públicos, alas ideologicamente mais radicais, MST, a lista é longa. A coalizão governamental, ao seguir a nova estratégia, deve conformar-se com a ejeção de parte substancial destes grupos de sua base de apoio, dada a baixa eficácia de esforços catequéticos invocando o bem comum em face de coriácea mistura de corporativismo e sectarismo. Para garantir sua sustentação política o governo terá de depender relativamente mais de apoio extrapartidário - com Lula beirando o precipício do bonapartismo - e, quem sabe, incorporar parcelas do combalido PSDB. O que talvez pudesse dar lugar a um outro partido social-democrata só que muito mais robusto.

A preocupação com essa possibilidade, somada a maus conselhos do espelho, talvez possa explicar as desafortunadas declarações de FHC sobre o governo Lula, voltando prematuramente à liça política, no auge da crise existencial do PSDB. Com tanto defeito para escolher não é que o melhor que lhe ocorreu foi criticar a política de juros como excessivamente conservadora? Logo um terreno minado? O ex-presidente é autor de um artigo clássico sobre os aspectos políticos do governo Campos Salles e certamente tinha presente a estratégia Campos Salles-Rodrigues Alves desde o início do seu primeiro governo. Entretanto, o que se viu foi um longo período de frouxidão fiscal em 1995-97 que acabou por comprometer o espetacular sucesso da estabilização: um pouco de virtude no início teria sido importante para minorar os tropeços posteriores. A verdade é que o governo Lula até agora tem sido impecável na condução da política macroeconômica e necessita do apoio de todos que querem que o Brasil dê certo.

A fleuma e a resistência dos responsáveis pela política econômica parecem suficientes para conter os excessos das críticas à política de juros. Na sua maior parte beiram o delírio, os opositores da guinada estratégica tratam de compensar a falta de substância de suas críticas com mera estridência. Manifestos jurássicos propagandeiam as virtudes da política monetária expansionista, do gasto público descontrolado, do velho Estado empresário, da economia fechada. Mais preocupantes são as manifestações empresariais, estimuladas pelo vice-presidente da República, que parece julgar que seus reiterados elogios ao presidente anulam o dano causado por suas críticas quotidianas à política monetária. Recessão é algo muito doloroso. Mas este sentimento, aliás unânime, deve ser temperado por outro: o Brasil não quer voltar aos níveis inflacionários pré-1994, nem à estagnação dos 15 anos que precederam ao Real.

Assegurar a estabilidade sem que o sucesso seja coroado pela volta ao crescimento e que seja aberto espaço para o aumento de gastos sociais seria uma grande frustração para o governo. Para que este coroamento ocorra será necessário assegurar a outra condição necessária ao sucesso de sua estratégia: a reforma dos gastos públicos, especialmente da previdência do funcionalismo público. Os perigos aí parecem bem maiores do que em relação à política monetária. O governo escalou responsáveis pela política monetária cujos méritos só não são reconhecidos por manifestações quotidianas de profissionais da mala leche. Já para a reforma da Previdência, o governo dependerá de amearhar maiorias parlamentares espinhosas e, também, de apoio no Judiciário. A estrada parece muito dura. Longe de mostrar padecer da virtude da cegueira imparcial da justiça, o Judiciário vem demonstrando ter noções despropositadas quando se trata da defesa de interesses corporativos. O mote de muitos juizes parece infelizmente ser um vulgar "primeiro o meu". Lula terá de usar toda a sua habilidade para assegurar que o interesse coletivo prevaleça sobre o interesse de castas.

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia da PUC-Rio